

Apoio



ANO 11 Nº 7
Julho de 2002

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Por que o real se desvaloriza e o Risco-Brasil cresce?

Entre meados de abril e início de julho último, o real perdeu cerca de um quarto de seu valor diante do dólar. A desvalorização resultou do súbito crescimento das probabilidades de perdas de capital atribuídas às operações de financiamento externo do País. Denominadas de Risco-Brasil, as mesmas probabilidades atribuídas expressam-se no diferencial de taxas de juros, que pagam, de um lado, os títulos da dívida externa brasileira e, de outro, os oriundos do Tesouro americano. Desde abril deste ano, o Risco-Brasil mais do que dobrou, alcançando cerca de 16% ao ano, o que corresponde a 1.600 pontos-base.

As preocupações subjacentes à apontada evolução do Risco-Brasil originam-se tanto das fragilidades da atual política econômica brasileira como das incertezas relativas ao gerenciamento da economia do País a partir do início de 2003. Aqui são abordadas somente as primeiras.

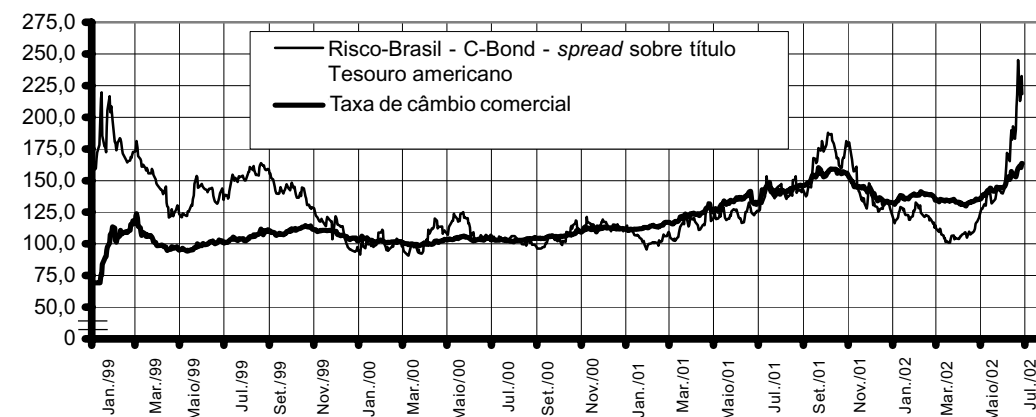
A atual política econômica brasileira objetivava superar os desequilíbrios externos gerados pelo País na década de 90. Para tanto, adotou-se a liberdade de flutuação cambial. Visando conter os impulsos de aceleração inflacionária derivados de tal liberdade, impôs-se a política monetária submetida ao Regime de Metas para a Inflação, implementado em junho de 1999. Contudo a aludida política monetária, ao promover crescente endividamento estatal, tenderia a esgotar-se no decorrer do tempo. Para evitá-lo, a política fiscal foi posta a gerar superávits primários suficientes para estabilizar a dívida pública medida como proporção do PIB do País. Os mesmos superávits seriam obtidos pela imposição do Regime de Metas Fiscais adotado ao final de 1998.

Por fim, sob a estabilidade monetária provida pela política econômica, manter-se-ia o vigor do processo de reestruturação do aparato produtivo do País iniciado no princípio da década passada, com conseqüências positivas sobre a competitividade externa e os saldos comerciais brasileiros. Dessa forma, as necessidades de financiamento externo iriam, progressivamente, diminuindo, viabilizando-se o abrandamento das políticas fiscal e monetária, em ambiente de duradouro crescimento econômico.

No terreno dos fatos, os superávits primários previstos foram gerados, e as metas para a inflação implementadas. Contudo a redução das necessidades de financiamento externo provinda da flutuação cambial, embora importante, ficou muito aquém do esperado. Além disso, não há evidência de que a reestruturação produtiva empreendida até o momento tenha produzido qualquer diminuição líquida das necessidades em questão. A frustração das expectativas a esse respeito teve como efeitos a continuada desvalorização do câmbio, a manutenção de elevadas taxas internas de juros e a reduzida velocidade do crescimento econômico. Em conjunto, os três efeitos citados conduziram a relação dívida pública/PIB brasileiro a renitente crescimento.

Em vista do descrito e do recente agravamento das tensões internacionais nos últimos meses, ganhou terreno a opinião de que o endividamento público pode estar escapando ao controle das autoridades brasileiras, o que poderia causar prejuízos àqueles comprometidos com o financiamento externo do País. A difusão da mesma opinião já foi longe o suficiente para impor o crescimento do Risco-Brasil e a aceleração da desvalorização cambial.

Índices de taxas de câmbio comercial e do Risco-Brasil — jan./99-jul./02



FONTE: IPEADATA.

NOTA: Índice de 1º.03.00 = 100.

Pedro Almeida (FEE/NEESF)

Comércio: vendas em queda em 2002

No primeiro quadrimestre do ano, o comércio varejista gaúcho apresentou uma queda no volume de vendas de 4,0%, o pior resultado entre os principais estados do País. O comércio brasileiro, por sua vez, apresentou uma redução de 1,1% em suas vendas. O desempenho do comércio gaúcho é o reflexo das sucessivas quedas nas vendas que o setor vem acusando ao longo do ano, ou seja: -4,6%, -2,2%, -4,2% e -4,8%, respectivamente, nos meses de janeiro a abril deste ano contra iguais meses do ano anterior.

No acumulado do ano, tiveram desempenhos piores que a média do setor os ramos veículos, motos, partes e peças (-14,9%); tecidos, vestuário e calçados (-8,3%); e demais artigos de uso pessoal e doméstico (-7,2%). Ressalva-se como aspecto positivo, em abril, o desempenho do segmento móveis e eletrodomésticos, que apresentou um crescimento de 4,0%, impulsionado pela realização da Copa do Mundo.

No quadrimestre, o comércio varejista de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Bahia apresentou retração das vendas de -1,9%, -2,5%, -1,6% e -0,3% respectivamente. Por outro lado, apresentaram resultados positivos os Estados de Minas Gerais (2,6%), Ceará (2,3%) e Rio de Janeiro (0,4%).

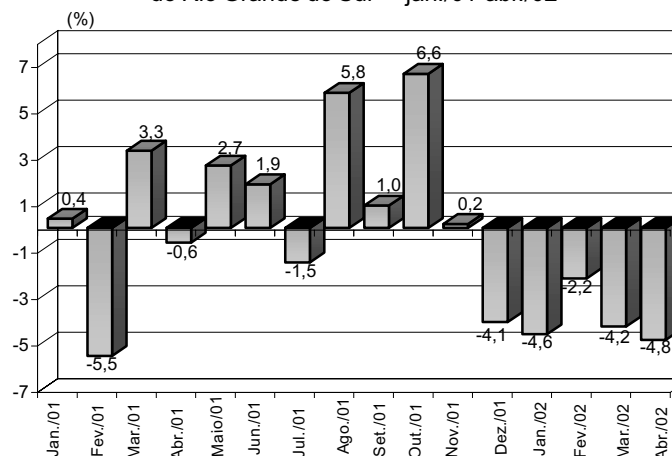
Indústria gaúcha registra bom desempenho

Apesar das circunstâncias desfavoráveis enfrentadas pelo País, a indústria brasileira, segundo o IBGE, registrou, em abril, uma expansão de 6% em sua atividade produtiva na comparação com igual mês do ano anterior. Esse resultado é particularmente expressivo, tendo em conta que interrompe uma seqüência de oito meses de taxas negativas.

O comportamento positivo do setor industrial é ainda mais significativo para o parque fabril gaúcho, já que a taxa de 10,6% verificada nesse mês traduz o seu melhor desempenho desde setembro de 2000. No quadrimestre, o Rio Grande do Sul também apresenta acréscimo da produção (3,1%), embora o acumulado de 12 meses ainda registre uma retração da ordem de 0,6%. De maneira geral, o desempenho industrial do Estado continua sendo alavancado pela contribuição altamente positiva de alguns ramos de expressão em sua estrutura produtiva, como é o caso da mecânica, com crescimento de 21% em abril, e de material de transporte (32,5%) e fumo (51,8%).

Um registro negativo fica por conta do ramo vestuário e calçados, com queda de 1,85% no acumulado jan.-abr. e de 4,22% no dos últimos 12 meses. Uma vez que a indústria calçadista é o principal componente desse ramo, evidencia-se que a desvalorização cambial, que havia sido fundamental para a recuperação

Taxa mensal de crescimento das vendas do comércio varejista do Rio Grande do Sul — jan./01-abr./02



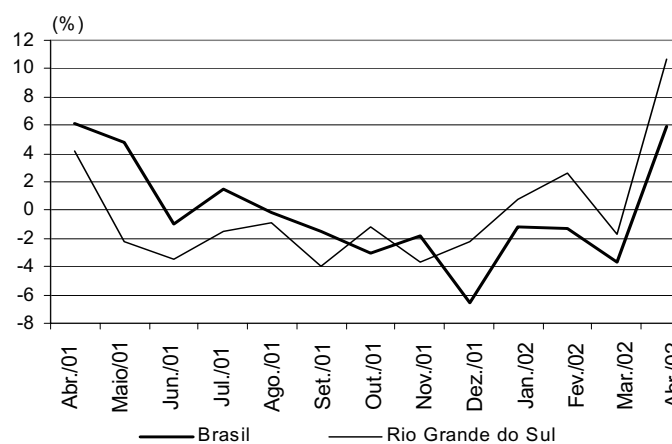
FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio - abr./02.

NOTA: Os dados têm como base igual mês do ano anterior.

Juarez Meneghetti (FEE/NCS)

dessa atividade, não está mais sendo suficiente para compensar as perdas ocasionadas pela retração do mercado externo.


Evolução da taxa de crescimento da produção física da indústria geral do Brasil e do Rio Grande do Sul — abr./01-abr./02



FONTE: IBGE.


NOTA: As taxas têm como base o mesmo mês do ano anterior — série sem ajuste sazonal.

Rubens S. Lima (FEE/NEI)




crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenos Empreendedores

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



banrisul
Melhor porque é nosso



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-maio/02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Mai0/00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	126,7	0,4	38 460
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,0	-0,3	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,3	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	95,9	-4,1	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	97,0	1,2	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	97,0	-0,1	43 543
Mai0/01	-	-	6,9	7,0	16,8	124,9	12,2	97,5	0,5	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,3	18,3	125,0	12,9	98,2	0,8	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,2	17,9	100,2	2,0	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	128,8	24,2	98,8	-1,4	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	137,1	31,7	97,8	-1,0	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	135,6	28,5	97,6	-0,2	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	123,5	13,2	110,6	13,3	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	114,1	4,1	139,3	25,9	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,6	-1,3	106,7	-23,4	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	106,7	-4,9	102,2	-4,2	50 056
Mar./02	0,3	-	7,1	7,7	18,5	103,0	-10,0	102,8	0,5	49 371
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	100,8	-14,5	104,1	1,3	48 598
Mai0/02	-	-	7,7	7,8	18,5	107,3	-14,1	-	-	49 265

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-maio/02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Mai0/00	-3,83	47,4	126,85	6,7	-	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	7,2	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,90	6,2	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,35	6,5	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,50	6,7	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai0/01	-3,79	51,9	132,89	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,74	5,8	-2,5	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,26	5,3	3,5	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,10	4,6	2,6	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,27	4,1	-5,4	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	132,10	3,2	2,1	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,28	2,6	-1,7	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	112,39	1,5	-10,6	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,64	55,1	117,59	0,5	6,5	79,5	2,4	-3,1	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,40	0,3	-1,3	-	1,8	-4,1	-4,22	4,36	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,50	-0,7	6,7	-	-1,1	-8,8	-3,88	4,40	-0,52	36 721	226 950
Abr./02	-3,36	54,6	129,80	-0,7	3,0	79,1	-2,0	-9,8	-3,79	4,37	-0,58	33 008	-
Mai0/02	-3,27	56,0	-	-	-	-	-4,1	-13,1	-3,70	4,23	-0,53	32 889	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 7

ECONOMIA DORS

Variáveis selecionadas — fev./00-jul./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Fev./00	-	130,92	118,79	116,79	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai/00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,49	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,35	104,13	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,93	97,82	101,10	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,67	96,53	100,29	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,21	98,52	100,02	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,40	99,16	99,91	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,30	96,03	99,50	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,46	98,81	99,42	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,60	96,38	99,15	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,80	97,80	99,05	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,04	100,72	100,72	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,74	102,64	101,67	282,5	155,3	59,1	496,9	126,20	577,21
Mar./02	-	153,47	98,25	100,38	245,8	108,3	49,7	403,7	127,22	576,94
Abr./02	-	168,57	110,64	103,14	310,3	138,6	64,1	513,0	128,28	577,39
Mai/02	-	-	-	-	295,5	120,0	54,2	469,7	128,89	577,12
Jun./02	-	-	-	-	-	-	-	-	129,68	577,79
Jul./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	593,97

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./00-jul./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Fev./00	7 374	10,2	10,2	748	729	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	10,8	737	737	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	11,4	751	750	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	11,5	768	762	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	11,3	779	766	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	11,2	789	762	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	11,0	778	765	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	10,6	764	754	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	10,0	753	752	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	9,6	748	743	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	9,3	752	742	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	9,1	746	747	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	9,3	750	759	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	9,6	735	754	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	10,2	741	758	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	10,2	729	734	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	10,0	731	732	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	9,6	719	720	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	9,6	723	723	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	9,8	738	745	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	10,2	739	751	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	9,7	742	754	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	9,2	727	730	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	708	704	784 376	1 588 496	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	709	713	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	9 401	9,9	15,8	716	728	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	13 097	10,4	15,7	728	745	625 105	1 701 398	455 825	-10,3	18,5
Mai/02	-	10,7	16,0	-	-	646 439	1 642 984	561 499	-	-
Jun./02	-	-	-	-	-	678 973	1 637 050	-	-	-
Jul./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Preços compensam a queda de produtividade das lavouras gaúchas

O desempenho da safra gaúcha de verão 2001/2002 foi bastante negativo, se comparado ao do ano passado. Na produção dos quatro principais grãos, o Rio Grande do Sul apresentou uma redução no volume produzido de 19,14%. Essa redução foi consequência de quebras de produtividade nas lavouras, em razão de problemas climáticos ocorridos no Estado.

Receita obtida pelos produtores gaúchos com a venda da produção das safras 2000/2001 e 2001/2002

PRODUTOS	RECEITA BRUTA (R\$ 1 000,00)		Δ% B/A
	Safra 2000/2001 (A)	Safra 2001/2002 (B)	
Arroz	1 366 645	1 661 667	21,59
Feijão	116 825	170 688	46,11
Milho	957 435	1 044 242	9,07
Soja	2 378 894	2 499 911	5,09
TOTAL	4 819 799	5 376 508	11,55

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
Emater.

NOTA: Utilizaram-se os preços praticados no mercado gaúcho em maio/01 e maio/02.

A redução da produção teria conseqüências negativas na receita dos produtores gaúchos em 2002, se não fosse pela recuperação dos preços. O preço médio de um saco de arroz, que era de R\$ 13,01 em maio de 2001, alcançou R\$ 15,84 em maio deste ano. O feijão, que foi vendido por R\$ 41,61/sc. em maio do ano passado, foi comercializado por R\$ 58,80/sc. em maio deste ano. A redução já esperada na produção de milho no Brasil sinalizava aumento dos preços em 2002, e a quebra na produção gaúcha acentuou o problema, colocando a oferta desse grão bem abaixo das necessidades do mercado, o que fez com que os preços de comercialização atingissem valores 70% superiores aos de 2001. A soja também está sendo comercializada por um valor bastante superior ao obtido pelos produtores nos anos anteriores. Apesar do aumento da produção brasileira de soja, a elevação da cotação do dólar, aliada às previsões de redução da produção americana, fez com que o seu preço atingisse R\$ 22,35 em maio deste ano. Dessa forma, se considerarmos os preços praticados em maio de 2002 relativamente aos preços de igual período de 2001, verifica-se que a receita obtida pelos produtores com a venda da produção de 2002 é 11,55% superior à obtida com a venda em 2001.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

Censo Demográfico 2000: os ocupados e o seu lugar no mercado

Os dados da **Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000**, embora provisórios, permitem confirmar o que inúmeros estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil já apontaram: a deterioração ocorrida nos anos 90, expressa pelo crescimento do contingente de trabalhadores em ocupações associadas à precarização. No ano 2000, 67,9% dos ocupados, no Brasil, eram assalariados, sendo que, destes, 36,1% não tinham carteira de trabalho assinada, enquanto, na Região Sul e no Rio Grande do Sul, a participação dos empregados no total era um pouco menor, 65,1% e 62,9%, respectivamente, observando-se que o percentual dos empregados sem carteira também era menor do que no Brasil, 28,3% na Região Sul e 26,2% no Estado. Se forem adicionados ao contingente dos assalariados sem carteira os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, obtém-se um somatório que equivale a 54,0% do total da população ocupada no caso do País e a 50% tanto para a Região Sul quanto para o RS.

Uma vez que a inclusão dos conta-própria entre as categorias precárias é controversa, cabe registrar que os dados — só disponíveis para o Brasil — revelam que a maior parte deles (77,5%) não contribui para a previdência e que 60,2% tem um patamar de escolaridade inferior ao fundamental completo, pelo que se depreende que eles sejam, majoritariamente, ocupados com inserção precária.

Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, por posição na ocupação, no Brasil, na Região Sul e no RS — 2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	(1 000)		
	BRASIL	REGIÃO SUL	RIO GRANDE DO SUL
Empregados (1)	43 561,7	7 068,7	2 800,7
Com carteira de trabalho assinada (2)	23 930,0	4 535,4	1 792,6
Militares e funcionários públicos estatutários	3 729,0	507,8	263,4
Outros sem carteira de trabalho assinada (2) (3)	15 729,4	2 002,5	734,3
Empregadores	1 840,2	387,7	153,3
Conta-própria	14 470,9	2 642,7	1 156,3
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	2 554,3	609,2	269,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo ...	1 889,8	169,0	83,2
TOTAL (4)	64 143,7	10 854,3	4 452,1

FONTE: Censo Demográfico 2000.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego. (2) Inclusive os trabalhadores domésticos. (3) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração. (4) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

Redirecionamento das exportações gaúchas

A crise argentina vem se refletindo diretamente na economia gaúcha, pela queda das exportações do Estado para aquele país. De junho de 2001 a maio de 2002, em comparação com os 12 meses anteriores, essa redução foi de 44%, representando quase US\$ 300 milhões. Para diminuir essas perdas, os exportadores vêm tentando avanços em outros mercados.

No caso dos automóveis e tratores, o redirecionamento foi capaz de compensar as quedas — que não se restringiram à Argentina, ocorrendo também em importantes destinos, como Uruguai, Colômbia, Paraguai e Emirados Árabes — e, ainda, de elevar em quase 6% as vendas externas. Os principais aumentos deram-se para a África do Sul (251%), os Estados Unidos (41%) e na soma de pequenos mercados (115%).

Já nos plásticos e suas obras, o total exportado pelo RS caiu 40%, uma vez que, além da Argentina (-51%), houve queda nas vendas para todos os principais mercados, exceto Nigéria.

Quanto aos móveis, houve compensação parcial, principalmente na soma de mercados menores (42%), seguidos de Estados Unidos, Porto Rico e Panamá. Porém, ao lado da Argentina, países como Uruguai, França, Alemanha, Chile, Países Baixos e México também reduziram suas compras. Assim, as exportações totais reduziram-se 12% no período.

As vendas de calçados também caíram em mercados importantes como os Estados Unidos (-6%) — que responde por 70% do total —, Reino Unido, Bolívia, Uruguai, Porto Rico e Austrália. As exportações totais reduziram-se em 6%. As ven-

das para o México elevaram-se em 108%, mas sua baixa participação não conseguiu segurar a queda.

No capítulo produtos químicos orgânicos, registrou-se queda de 54% das exportações, devido à forte retração do mercado norte-americano (-63%), maior comprador, bem como dos outros mercados principais. Os destinos menores tiveram crescimento (176%), mas foram incapazes de reverter as perdas. Com essa adversidade generalizada, a Argentina, mesmo diminuindo em 42% suas compras do RS, teve aumento de participação como destino.

Carnes e miudezas, comestíveis contrabalançou parte da queda de vendas para a Argentina, exportando mais para a Arábia Saudita, Rússia, Países Baixos, Reino Unido e Japão. Entretanto diminuíram as vendas para a Alemanha, a Espanha, a Itália e Hong Kong, e o total caiu 15%.

As exportações de reatores, caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos mantiveram-se estáveis, a despeito da forte queda nas vendas para o México (-73%), que perdeu para os Estados Unidos (cujas compras aumentaram 128%) o lugar de principal destino.

Considerando-se a totalidade de produtos exportados pelo RS, numa simulação em que todos os demais fluxos comerciais fossem mantidos, a retração das importações da Argentina geraria uma diminuição de 5% nas vendas externas gaúchas, no período considerado. Como essa redução, na prática, ficou em pouco mais de 2%, constata-se que uma compensação parcial foi obtida.

Variação das exportações do RS totais e para a Argentina e participação da Argentina no total das exportações do RS — jun./00-maio/01 e jun./01-maio/02

CAPÍTULOS	Δ		PARTICIPAÇÃO DA ARGENTINA NO TOTAL DO CAPÍTULO	
	JUN/00-MAIO/01 JUN/01-MAIO/02		Jun./00-Maio/01	Jun./01-Maio/02
	Argentina	Total do RS		
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	-67,38	5,73	20,76	6,41
39 - Plásticos e suas obras	-51,15	-40,43	34,23	28,07
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões; etc.	-49,69	-11,52	27,49	15,63
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes ..	-48,62	-6,34	7,68	4,21
29 - Produtos químicos orgânicos	-41,61	-53,99	23,53	29,86
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	-38,82	-15,15	9,71	7,00
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc.	-27,92	-0,24	17,40	12,57
Subtotal	-47,32	-12,33	15,20	9,13
TOTAL	-44,06	-2,46	10,82	6,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.07.02).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
 E-mail conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Dentze Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.